



DEPOIMENTO

MARIALBA DE LIMA MESQUITA

Em 2003, servidora aposentada da Câmara dos Deputados. Entre outras atividades na Casa, exerceu os cargos de Consultora de Orçamento e Fiscalização Financeira, Chefe de Secretaria, Diretora da Coordenação de Seleção e Treinamento e Assessora Administrativa.

ENTREVISTADORES:

Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho e Casimiro Pedro da Silva Neto

LOCAL:

Brasília

DATA:

26/9/2003

DURAÇÃO:

1 hora, 50 minutos

TÓPICOS:

Descrição dos concursos públicos da Câmara dos Deputados; a reforma administrativa da Câmara, de 1971; plano de cargos e salários; a vida na Câmara; a qualidade do servidor da Câmara; os relacionamentos interpessoais; casos engraçados acontecidos na Casa; o papel da Câmara dos Deputados e do Poder Legislativo.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique Porto Filho) – Para começar, gostaríamos que você falasse seu nome todo, o ano que chegou a Brasília, como e quando entrou na Câmara.

A SRA. MARIALBA DE LIMA MESQUITA – Cheguei a Brasília em julho de 1961. Naquela época estava recém-casada, não tinha filhos. Depois que os meus três filhos já estavam na escola, decidi trabalhar. Apareceu o concurso da Câmara. Uma amiga, a Wilza, nossa colega, avisou-me que a Câmara abriu concurso e me chamou para fazê-lo. Eu disse: “Vamos.” O concurso era para auxiliar legislativo, PL 10. Nós nos inscrevemos e começamos a estudar juntas. Tínhamos um grupinho, quatro ou cinco pessoas, que nos reuníamos. Era um assunto totalmente novo para mim: Legislação de Pessoal, Constituição Federal, Estatuto do Servidor Público. Tudo isso para mim era muito novo, porque até então eu era professora.

Comecei a ouvir pessoas falarem: “Você vai fazer concurso da Câmara? Você tem pistolão? Você conhece algum deputado?” Eu falava: “Eu não conheço ninguém lá.” “Então desiste porque lá é tudo com proteção, tem que ter pistolão.” Pensei: “Puxa, eu estou fazendo esse esforço, estudando, será que vai ser assim?”

Eu morava na 114 Sul e tinha um vizinho que era funcionário da Câmara, o Sebastião Corrêa Côrtes. Conhecia o Sebastião Côrtes da Super Quadra. Fui à sua casa conversar: “Côrtes, estou estudando para o concurso da Câmara, mas me disseram que lá depende de pistolão. Como é a história lá? Me fale a verdade, porque se for assim vou desistir.” E ele falou: “Marialba, estude bastante, faça o concurso porque não tem nada de pistolão. Concurso na Câmara é algo sagrado. Quem aplica esses concursos na Câmara é a D. Naíde, uma senhora muito séria, da Taquigrafia. Ninguém, nem o presidente da Câmara, dá ordem para a D. Naíde em matéria de concurso. Você sabe que num concurso em que eu estava trabalhando, o dep. José Bonifácio, que era presidente da Câmara, entrou na sala do concurso na hora em que as pessoas estavam fazendo prova.” A D. Naíde era uma senhora baixinha, forte. Disse o Côrtes: “Ela se levantou, de dedo em riste, e falou: ‘Presidente, retire-se daqui, este recinto não é do senhor.’” E José Bonifácio, o presidente, saiu sem reclamar. E olha que ele tinha fama de ter gênio forte. Então, ela era muito respeitada.

Estudei bastante. Fiz a primeira prova, pensando: “Bom, vamos ver como vai ser.” Era a prova de Português. Foi engraçado, o Côrtes, que era um estudioso de Português, disse: “Você vem aqui em Casa que eu vou fazer um teste. Dependendo do seu resultado, vou dizer se você vai passar ou não, porque a prova que mais reprova é Português.” Fui lá, e ele me aplicou um teste com

todas as dificuldades da língua portuguesa. Falei: “Estou perdida.” Ele avaliou e disse: “Você está bem, você deve tirar entre 75 e 85 em Português.” Aí, eu fiquei animada, estudei, estudei! Fiz a prova de Português e tirei 83. Aí me animei toda. Estudei para as outras matérias e fui me saindo super bem. Tirei 100 em Legislação de Pessoal, 90 em não sei o quê mais.

Naquela época eu estava fazendo Thomas Jefferson, então estava muito bem em Inglês. Fiz uma prova de Inglês maravilhosa. Saí com a Wilza e disse que tinha feito uma prova ótima. Havia vista de prova. Você fazia a prova, depois ia reconhecer a prova pela letra. Era tudo inviolável, sigiloso. E eu, sabendo que tinha feito uma boa prova, fui logo no início, tinha lá 99, maior nota, olhei e era minha prova. “Nossa, tirei a maior nota de Inglês, 99.” Fiquei toda feliz. Nem olhei o resto, fui para casa. Quando houve a abertura das provas, eu vim aqui. Falaram o nome de outra pessoa, um japonês, na nota 99. Eu pensei: “Isso está errado.” A minha letra é horrorosa, quando vi aquela letra eu disse: “É a minha.” Chamei a Wilza e disse: “Olha aqui os dois erros que eu cometi.” Aí, fui à D. Naíde, que trabalhava no 21º andar. Pedi para falar com a diretora. Ela veio brava: “Onde está a candidata?” “Onde está a candidata?” A funcionária tinha perguntado: “Mas o que você quer?” Eu tinha dito: “Parece que houve um engano na minha nota, e eu estava querendo esclarecer.” Ela veio brava: “Aqui não se prejudica candidato.” Eu tinha tirado, na verdade, 85 em Inglês, a nota que de fato apareceu para mim. Ela trouxe as duas provas, e eu morri de vergonha, porque realmente a letra era muito parecida, e eu tinha tirado 85. Pedi mil desculpas a ela.

Depois, era a prova de datilografia. Eu nunca tinha datilografado na minha vida. Entrei desde o início num curso, arranjei uma máquina emprestada e datilografava em casa à noite. Depois que meus filhos dormiam, eu sentava na sala e ficava tá, tá, tá, tá. Eu estava batendo o suficiente, na prova eram pedidos 210 toques. Naquela altura, se não me engano, eu estava entre os primeiros lugares no concurso. Queria só tirar 60 em datilografia, porque sabia que estaria dentro das vagas.

O candidato podia trazer sua máquina, sua mesa, sua cadeira. E era máquina manual. Eu tinha uma máquina Remington. Fizemos a prova no corredor da Taquigrafia. Sentei na minha cadeirinha, com a minha máquina. Quando eu caminhei pelo corredor, só vi fera em datilografia: Haydêa Pires, Evandro, Mauro Brumana, um dos primeiros lugares em datilografia do nosso concurso. Quando vi aquilo, eu me senti pequenininha!

Era uma tensão! Tocava a campanha do plenário: “Atenção!”. Você não podia nem se mexer. “Vamos distribuir o texto voltado para baixo.” Na segunda

campainha: “Coloquem o papel na máquina.” Na terceira: “Desvirem o texto e comecem a bater.” Quando falaram isso, era como se houvesse um estouro de boiada. Uma moça na minha frente estava com uma máquina Remington baby, desse tamanhinho. Na primeira virada que ela puxou o carro, a máquina foi parar no meio do corredor. Ela gritou: “Minha máquina!” Foi atrás da máquina e voltou. Atrás de mim estava sentada uma conhecida minha do Espírito Santo. De repente ela começou a gritar: “Socorro, socorro.” A fita de sua máquina emperrou, e ela viu que estava batendo em branco. Bom, naquela confusão toda, quando eu olhei, eu tinha trocado a mão e escrito um parágrafo todo com as letras trocadas. Quando vi aquilo, tive uma tremedeira e pensei: “Perdi o concurso.” E o tempo passando: “Marialba, agora é tudo ou nada.” Disparei e pensei: “Vou ter de tocar na velocidade.” Bati não sei quantos mil toques como eu nunca tinha feito na minha vida. E ali no final, na entrega, eu rapidamente contei uns 130 erros. Fiz as contas, quando cheguei em casa. “Não, não passei. 130 erros.” Chorei uma noite. Meu marido disse: “Olha, você vai embora de Brasília, vai para o Rio, esquece esse bandido concurso, vê se você se acalma.” Eu fui já conformada. Uns quinze, vinte dias depois a Wilza me ligou: “Marialba, você passou em datilografia, raspando, mas passou. Tirou 61.” Sessenta e um para mim foi com um noventa.

A Câmara, pela primeira vez, aplicou o teste psicotécnico. Fomos fazer o teste, e muitos foram considerados não aptos para o cargo. Esses candidatos entraram com um mandado de segurança, e o Supremo concedeu liminar suspendendo nossa posse. Os sessenta primeiros colocados iriam tomar posse imediata. Eu fiquei em “vigésimo e poucos”, com a nota de datilografia, mas estava dentro das vagas. A posse estava marcada para agosto, mas com essa liminar concedida a nossa posse foi adiada. Aí nós contratamos um advogado, o Dr. Luiz Carlos Betiol, e entramos como “litisconsortes”, conseguindo suspender a liminar. Foi autorizada a nossa posse, e nós tomamos posse em outubro.

Nesse meio tempo, eu tinha uma colega de concurso que era requisitada pela Câmara, a Iole Lazarine. Naquela época os funcionários concursados serviam de secretários para os deputados. Ela trabalhava com um deputado de São Paulo e me falou: “O Dr. Luciano, diretor-geral, vai ceder um candidato aprovado para um deputado vizinho da nossa sala. O deputado está desesperado porque tem muito trabalho e me pediu uma indicação, e eu indiquei você. O nome dele é Luiz Braga, da Bahia.” Fui conversar com o deputado e falei para ele: “Olha, deputado, eu nunca fui funcionária pública, sou péssima datilógrafa. O senhor pode olhar minha nota na prova. Se depender de datilografia... mas

posso me esforçar.” Ele disse: “Mas eu vi suas notas. Eu estou interessado em alguém com boa nota em Língua Portuguesa, eu gostei das suas notas! Queria que a senhora começasse antes da posse, que está dependendo do processo.” E ele mostrou uma mesa dessa altura de cartas para responder, cheia de cartas de eleitores. Comecei a trabalhar com ele antes da posse.

Depois, então, suspensa a liminar, tomamos posse. Fui nomeada no dia 30 de agosto de 1968 como auxiliar legislativo, PL 10. Tomei posse e entrei no exercício em outubro de 1968, começando a trabalhar com o Dr. Luiz Braga. Em dezembro a Câmara foi fechada com AI 5. Ficou um ano fechada, e quem não tinha tomado posse até aquela data, teve de esperar um ano.

O Dr. Luiz Braga era deputado de primeira Legislatura, engenheiro, muito sério. Em 1972, teve eleição da Mesa. Eu estava de férias no Espírito Santo, ligou-me o Dr. Luiz Braga: “Dra. Marialba, eu queria que senhora voltasse para Brasília porque houve eleição da Mesa, e eu sou 1º vice-presidente. Queria que a senhora viesse para cá para me ajudar a compor meu gabinete e que a senhora fosse Chefe de Gabinete”. Naquela época, na Câmara, havia meio expediente, e eu só trabalhava meio expediente, porque meus filhos ainda eram pequenos. Trabalhava à tarde. E eu lhe falei: “Olha, Dr. Luiz, eu não vou poder aceitar, porque para ser chefe de gabinete eu tenho que fazer dois horários, e meus filhos ainda precisam de mim.” Ele retrucou: “Não, quero que a senhora venha.” Eu vim para Brasília e lhe disse: “Vou dar uma indicação para o senhor, porque além do mais sou funcionária nova, não tenho experiência para ser chefe de gabinete e vou indicar-lhe uma pessoa capaz para isso.” Aí, indiquei o Côrtes, que foi ser o chefe de gabinete da Primeira-Vice-Presidência. Mas o deputado falou: “Não abro mão, então, a senhora vai ser minha secretária e pode trabalhar só à tarde.” Aí eu fui ser secretária particular dele e trabalhava só à tarde.

No final de 1971, saiu uma lei no Executivo estabelecendo horário integral, e ele me disse: “Está vendo, agora a senhora vai ter que fazer os dois horários aqui na Câmara, não adiantou nada; e a senhora podia ser Chefe de Gabinete.” Eu lhe respondi: “Mas eu estou satisfeita.”

O presidente da Mesa era o deputado Pereira Lopes, de São Paulo, um industrial com idéias progressistas. A primeira providência que tomou foi dar início a reforma administrativa da Câmara. O Executivo já havia publicado o Decreto-Lei nº 200, da reforma administrativa. A Câmara havia, na gestão anterior, encomendado um projeto à Fundação Getúlio Vargas, calcado no Decreto-Lei nº 200, para fazer uma reforma na estrutura administrativa e também em cargos e salários.

O presidente Pereira Lopes quis reeditar esse anteprojeto da Fundação Getúlio Vargas, que seria um projeto de resolução, e delegou ao deputado Luiz Braga poderes para fazer a reforma administrativa. A reforma teria início com a reavaliação do projeto da Fundação Getúlio Vargas. O deputado Luiz Braga designou uma comissão para os estudos e indicou a Iris Berlinck, que também era do nosso concurso e trazia boa experiência administrativa do Dasp, e eu, para começarmos a reestudar o projeto da Fundação Getúlio Vargas.

Convidamos dois colegas para trabalharem conosco: o Sílvio Rômulo e a Haydéa Pires. Começamos a reestudar o projeto da Fundação Getúlio Vargas. Houve uma situação meio estranha na Câmara. Afinal de contas, tanto a Iris Berlinck quanto eu, éramos auxiliar legislativo, PL 10, havíamos tomado posse em 1968. Em 1972, com quatro anos de Casa, estávamos presidindo uma comissão que faria a reforma administrativa da Câmara. Imaginem a reação, os entraves, as críticas e as pressões dos funcionários antigos que, com toda a razão, se sentiam desprestigiados e temerosos do que aquelas duas moças recém-entradas na Câmara pudessem fazer.

Bom, então, primeiro fizemos um trabalho de cooptação de funcionários antigos que tinham liderança. O diretor-geral, Dr. Luciano Brandão, deu todo o apoio, porque tinha total interesse em que a Câmara se modernizasse. Ele convocou todos os diretores da Câmara, apresentou-nos e pediu a cooperação de todos.

Naquela época, a Dra. Atyr Emília de Azevedo Lucci, era a vice-diretora-geral e diretora de patrimônio. Uma funcionária com muita influência na Câmara, muito respeitada. Era muito importante que obtivéssemos sua adesão. Então, nós pedimos a cada diretor, de todas as áreas, que nos apresentassem suas sugestões a partir do projeto da Fundação Getúlio Vargas, porque iríamos trabalhar basicamente nele. Pedimos sugestões a todas as áreas. Essa foi a primeira providência. A Dra. Atyr marcava entrevista conosco. Íamos Íris e eu, sentávamos na sala de espera da Dra. Atyr, e a secretária dela falava: “A Dra. Atyr pediu para esperar porque ela não pode receber agora.” E esperávamos duas, três, quatro horas, e a Dra. Atyr não podia nos atender e marcava para o dia seguinte. No dia seguinte, nós voltávamos e a Dra. Atyr não nos atendia. Levamos uma semana nessa história, até que ela nos recebeu. Nós estávamos imbuídas de um espírito tão comunitário, uma coisa tão amorosa em relação àquele trabalho! Fomos conversar com a Dra. Atyr, reconhecendo sua experiência, capacidade e dissemos como seria valiosa sua contribuição, não só na sua área, de material e patrimônio, que ela conhecia tão bem, como também em relação à toda a Câmara.

Para encurtar a história, a Dra. Atyr ficou tão amiga, mas tão amiga que nos abraçava e dizia: “Como eu fui injusta. Eu não conhecia vocês, achei que vocês queriam derrubar todo mundo.” Ela teve um papel importantíssimo nesse trabalho da reforma administrativa. Em algumas áreas estávamos tentando inovar no sentido de dar uma dinâmica mais moderna aos trabalhos administrativos e legislativos.

A Biblioteca era um dos órgãos mais prestigiados e de maior status na Câmara. O deputado José Bonifácio, havia sido presidente da Câmara, 1º secretário, ocupando muitos cargos. Ele tinha uma atenção muito especial pela Biblioteca da Câmara. Então, as bibliotecárias da Câmara tinham um status – não me refiro ao ponto de vista financeiro ou funcional – mas eram reconhecidas como funcionárias de altíssimo gabarito, como realmente eram.

À época, a diretora da Biblioteca era D. Cordélia Robalino, também professora da UnB, super gabaritada. A Nilza era chefe da Seção de Arquivo. Começamos a nos reunir com o pessoal da Biblioteca e, com nossas idéias e as propostas da Biblioteca, resolvemos criar um Centro de Documentação e Informação, que seria uma proposta muito mais moderna e atualizada de tratamento da informação. Pegaríamos a informação sendo gerada até sua publicação. O chefe da Seção de Publicação, se não me engano, era o Aristeu.

Aí, houve imensa reação das bibliotecárias, que achavam que a proposta tiraria o status da Biblioteca, já que haveria um Centro de Documentação, com outros órgãos. Inclusive, naquela época, também criamos uma assessoria na Biblioteca porque a idéia inicial do fluxo de assessoramento aos deputados era: de se ter assessoria na Biblioteca para que desse os primeiros subsídios na elaboração de propostas legislativas e discursos; e a parte de apoio às comissões seria dada pela Assessoria Legislativa. Eram duas atividades distintas.

No projeto original, da Resolução nº 20, a estrutura era essa. Posteriormente, a Assessoria da Biblioteca foi extinta e seus assessores foram todos transferidos para a Assessoria Legislativa.

Quanto às mudanças, no início, houve reações. Algumas bibliotecárias saíram da Biblioteca e foram trabalhar nas comissões.

O secretário-geral da Mesa à época era o Dr. Paulo Affonso Martins de Oliveira, que colaborou muito com o projeto, na estruturação da Diretoria Legislativa, e órgãos diretamente subordinados à Mesa, e nós fomos conseguindo superar as dificuldades e o projeto foi caminhando, sofrendo várias alterações e melhoras.

Aí, propusemos ao Dr. Luciano criar um órgão de seleção e treinamento. Até então, essa atividade era exercida por comissões criadas pela Diretoria-Geral.

Houve reação à criação da Coordenação de Seleção e Treinamento, subordinada diretamente ao diretor-geral. Conversávamos com o Dr. Luciano, com o Dr. Paulo Affonso, e essa atividade era considerada temporária. O Dr. Luciano era muito amigo do diretor de Recursos Humanos do Banco do Brasil, na época. Conversamos com o Dr. Luís Braga e falamos a ele de nossa preocupação e da necessidade de criação daquele órgão. O Dr. Luís entrou em contato com o diretor e nós fomos conhecer o Centro de Treinamento do Banco do Brasil, onde havia um programa especial para altos executivos do Banco. Ele ofereceu duas vagas à Câmara, ao Dr. Luciano e ao Dr. Paulo Affonso para fazerem esse curso de altos executivos no banco. Os dois aceitaram e viram a importância de se criar um órgão de recrutamento e seleção, autorizando a criação dessa Coordenação de Seleção e Treinamento.

Para a implantação da Resolução nº 20, foi constituída, em agosto de 1971, a equipe técnica de alto nível, integrada por: Atyr Emília de Azevedo Lucci (presidente); Gentil Humberto Barbosa (vice-presidente); Jorge Odilon dos Anjos; Cordélia Robalinho Cavalcante; Amaury Lopes da Silva; José Soares da Rocha e José Maria Valderato Vianna. Assessorados por Iris Berlinck, Luiz Carlos Baby e eu. A equipe técnica trabalhou arduamente, sempre em contato com o Dasp e o Senado Federal para fins de uniformização de padrões. Em agosto de 1976, essa equipe encerrou seus trabalhos tendo, nesse período, apresentado anteprojetos dispendo sobre inúmeras áreas tratadas em: quatro leis; seis resoluções e cinco atos da Mesa Diretora da Casa, disciplinando a classificação e transformação de cargos; o estabelecimento da lotação numérica dos cargos que compunham as novas categorias funcionais; a inclusão dos servidores nas respectivas categorias funcionais. Estas áreas e muito mais, foram objeto do trabalho dessa equipe.

A partir da Resolução nº 20, muitos atos precisavam ser feitos, como remanejamento e reclassificação. Reclassificar deu enorme trabalho, que vocês nem imaginam, porque a Câmara tinha cargos muito antigos. Havia certa disparidade entre funções, atividades e remuneração. Para se ter idéia, um dos cargos mais valorizados da Câmara era o dos porteiros, que vieram do Rio. Por exemplo, um oficial legislativo, cargo mais elevado na hierarquia administrativa, era PL-2, enquanto o porteiro era PL-3. Um auxiliar legislativo, cargo por concurso, era PL-10. Eram os porteiros que recolhiam a assinatura dos deputados, registrando a presença deles. Quanto aos funcionários, naquela época, era uma loucura! Havia dois pontos de coleta de assinaturas: um, no Anexo I, outro, aqui nas comissões. Entrávamos às 9h, e o ponto ficava na sessão até às 8h45. Então, quem trabalhava no Anexo I, tinha de pegar o

elevador correndo, subir para assinar o ponto. Se o funcionário não estivesse ali naquela hora, o ponto descia. Ficava com aquele servidor que tomava conta do ponto lá na portaria. Havia ali uma janelinha. Às 9h, ele fechava aquela janela e riscava todos os pontos de vermelho. O pânico era grande. As pessoas batiam na janela e diziam: “Deixe-me assinar.” E ele respondia que o ponto já estava riscado. Então, o funcionário tinha de justificar aquele ponto riscado de vermelho.

Assim, aqueles funcionários eram muito importantes realmente. De repente, criar certa categoria funcional que englobasse os porteiros e os funcionários de portaria foi algo complicado. Mas, enfim, examinamos mais de 300 processos de reclassificação. Havia muitos desvios de função, servidores que deveriam desempenhar determinada função e exerciam outra. Até consertar tudo, tivemos muito trabalho.

Depois, houve a questão dos planos salariais, as regulamentações através de Atos da Mesa. Foi um elenco enorme de leis, de atos, de resoluções, que nós fizemos. Nessa altura, o presidente dessa comissão já era o Dr. Humberto Barbosa, diretor legislativo na época. Fui trabalhar com o Humberto. Era assessora administrativa dele. Trabalhava com uma equipe maravilhosa: o Botelho, o Babi, o Benedito Geraldo, Antônio Figueiras, Maria Auxiliadora e eu. Eu era a única flamenguista. Todos eram vascaínos, e o Humberto era botafoguense.

No dia em que o Flamengo jogava, quando eu chegava aqui, eles caíam matando. Também, no dia em que o Vasco perdia, eu aproveitava para brincar com eles.

O Humberto era muito engraçado. Ele faleceu no ano passado. Foi meu diretor por doze anos. Era uma pessoa de um nível de exigência que vocês não acreditam. Mas devo a ele tudo aquilo que aprendi. A maior parte das coisas que aprendi na Câmara devo ao Humberto.

Ele conhecia profundamente a língua portuguesa, porque ele era taquígrafo revisor. Tinha um gênio que não era de brincadeira! Ele chamava o Botelho, Babi e eu e falava: “O Dr. Luciano pediu para redigir um ato de Mesa nos seguintes termos.” – ou a justificação do ato. Um de nós fazia o trabalho e entregava para ele que indagava: “E esta vírgula? Você sabe que esta vírgula está errada? E isso aqui?” Ele começava a corrigir o nosso trabalho. Às vezes, ele amassava o papel, jogava na lata de lixo e falava: “Isto está uma porcaria! Podem voltar e fazer de novo!” – dizia ele. Às vezes, nós refazíamos um parecer, um projeto, uma justificação, três, quatro, cinco vezes. Babi, Botelho e eu começávamos tudo de novo. Enquanto ele não achasse que estava bom, ele não aprovava.

Em muitas ocasiões, ficávamos aqui até tarde da noite para discutir determinado assunto, porque ele era implacável, muito exigente. Mas essa exigência era super positiva, porque, depois que o documento passava pelo crivo dele, ele brigava por aquele papel com unhas e dentes. Defendia aquilo que a equipe havia feito perante o Dr. Luciano, o 1º secretário ou até mesmo o presidente. Mas tinha de ser algo assim.

Com ele aprendi tudo sobre elaboração legislativa, porque trabalhamos muito nessa reforma. Naquela época, fizemos todos os atos, todas as resoluções!

Com a reforma, foram instituídos dois institutos: o da ascensão funcional e o da progressão, criados no Executivo, e que permitiam o funcionário subir na carreira. Até então, havia a promoção automática e a promoção por merecimento. Através da ascensão funcional, o funcionário poderia sair de determinada categoria e ir para outra por meio de provas internas, concursos internos, realizados com o mesmo nível de exigência dos concursos externos. Daí o Humberto e a sua equipe, ou seja, nós começamos a fazer concurso público também.

Em 1985 o Dr. Sabino resolveu fazer uma renovação na Coordenação de Seleção e Treinamento, chamou-me e disse: “Olha, eu vou indicar você para ser diretora da Coordenação de Seleção e Treinamento.” Respondi: “Ah, estou muito bem como assessora administrativa, não quero.” Àquela altura, o Humberto já havia assumido o cargo de diretor administrativo e eu fazia parte da sua equipe. Fazíamos essas coisas todas. Aí o Humberto falou: “Não, você vai.” O Dr. Sabino argumentou: “Não estou nem perguntando se você quer: é uma imposição.” Respondi-lhe: “Mas a direção atual é super respeitada. Eu não quero.” “Não, mas você já está indicada.” – disse o Sabino.

Assim, por uma circunstância do destino, fui para uma coordenação que, quando criamos, foi-me oferecida pelo deputado Luiz Braga e eu tinha lhe dito que não poderia aceitar. Naquela época, eu não estava madura para aceitar aquela atividade. Então, assumi a Coordenação de Seleção e Treinamento em 1985. O presidente da Câmara dos Deputados era o deputado Ulysses Guimarães. Foi um trabalho maravilhoso. Conseguimos montar uma equipe muito coesa, um pessoal que “vestiu a camisa”.

Para a Seção de Recrutamento e Seleção, convidei minha amiga Uilza Guerra; para a Seção de Treinamento, convidei a psicóloga Ana Lúcia Batista Ramos; para a Seção de Planejamento de Concursos, convidei Cristel Lilli Bender, que foi substituída, quando se afastou, por Ana Amélia Bezerra Bandeira de Mello; e minha secretária, de início, foi Auxiliadora Résio de Souza. Com este grupo

de colegas extremamente capazes, entusiastas e responsáveis, pudemos manter a tradição dos concursos públicos da Câmara.

Fizemos muitos concursos. No segundo concurso que realizamos, o de assistente legislativo, tivemos 25 mil candidatos. Alugamos todos os espaços de Brasília. Não tínhamos infra-estrutura para preparar o concurso. As bancas eram super sigilosas. Convidávamos pessoas da Câmara e também de fora da instituição, principalmente professores da UnB.

Para rodar essas provas e manter o sistema de segurança adequado, fizemos o seguinte: a Câmara fez um contrato com a Imprensa Nacional, porque tínhamos de rodar as provas, como disse, com sigilo. A Imprensa Nacional tinha um sistema de funcionários de segurança total, porque lá as leis e os decretos sigilosos eram rodados.

O diretor da Imprensa Nacional, à época, pôs à nossa disposição os linotipistas, os impressores de segurança IV, e a Polícia Federal fechou as portas da Imprensa. Fomos com uma equipe de onze funcionários para aquele prédio e lá ficamos 48 horas, fechados. Ninguém podia entrar ou sair. Alugamos uma caixa forte em uma dessas empresas de segurança, e esse carro de caixa forte foi lá pegar essas provas. Levou-as para a caixa forte e as fechou lá. Eu me lembro que fomos para lá numa sexta-feira à noite e saímos num domingo à tarde. Todo mundo. Foi uma epopéia. Esse trabalho era algo super desgastante. Era como se você estivesse preparando uma peça teatral. Na hora em que se abrissem as cortinas, tudo deveria estar nos devidos lugares, perfeito. Nada poderia falhar porque, primeiro, a imprensa castiga a Câmara de todas as formas, pois estão sempre achando que vai acontecer alguma coisa que não é séria.

Durante o tempo em que eu fui diretora desse órgão, jamais recebi qualquer pressão de um deputado. Nunca um deputado foi lá pedir por uma filha. Nunca um diretor da Casa foi lá, nem o diretor-geral. Nunca! A filha do Sabino fez concurso, foi reprovada. Na primeira vez, também filhos de vários colegas que ocupavam cargos altos fizeram concurso e não passaram. É uma tradição grande na Câmara. Sobre esse aspecto nós trabalhávamos com total isenção. Nunca se sofreu qualquer tipo de pressão.

Esse tempo de Câmara foi muito rico em experiências e em aprendizado. Eu acho que para mim, pela minha formação pessoal, foi algo vital e super importante. Houve muitos períodos de tensão, como ocorre em todos os trabalhos, mas houve muitas alegrias, houve muito reconhecimento e a certeza que a gente começou um trabalho que está sendo continuado. E a Câmara mantém ainda essa tradição. Os funcionários de cargo efetivo da

Câmara, que entram por concurso público, são realmente preparados, não deixam nada a dever.

É por aí a minha história!

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto) – Marialba, permite-me uma pergunta? Até que ano você ficou no Cefor?

A SRA. MARIALBA DE LIMA MESQUITA – Eu me aposentei em 1990.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Marialba, como se decidia o concurso a ser feito, o número de servidores que seriam necessários?

A SRA. MARIALBA DE LIMA MESQUITA – Na Câmara nós temos um quadro de lotação ideal e outro de lotação efetiva. Então, quando se estabeleceu a lotação ideal nos órgãos – isso foi um dos trabalhos daquela comissão a que me referi – fez-se um levantamento, relativo às atividades exercidas e à necessidade de servidores para o exercício daquelas atividades. E em cima disso então se estabeleceu uma planilha de cargos necessários para cada um dos órgãos, de acordo com suas necessidades e atividades. E essa lotação era controlada pelo Departamento de Pessoal. Então, o órgão tal precisava de tantos técnicos legislativos. Por exemplo, precisava de vinte e tinha quinze, havendo um déficit de cinco. Além do déficit de lotação, nós tínhamos o controle de cargos efetivos, porque na medida em que as pessoas vão se aposentando, aqueles cargos ficam vagos. Então, o cargo efetivo é como se fosse uma cadeira. Essa cadeira tem um dono quando a pessoa faz um concurso e toma posse. Por isso a gente fala: tomou posse do cargo. Então, você é dono daquele cargo e, quando se aposenta, você deixa aquela cadeira vaga para outra pessoa – aquele cargo fica vago. E o cargo efetivo vago só pode ser preenchido por concurso público. O Departamento de Pessoal tem um controle de cargos vagos em todas as categorias funcionais. E aí ele nos comunicava: “Nós estamos com tantos cargos vagos e temos falta de servidores nos órgãos tais” – para os seguintes cargos: técnico legislativo ou assistente legislativo ou motorista. Por exemplo, a Coordenação de Transportes tem reclamado porque do seu quadro vagaram não sei quantos cargos, fora os outros cargos que já estavam vagos, e a lotação não foi nunca preenchida. Então, vinha esse tipo de solicitação.

O Departamento de Pessoal mandava a solicitação para nós. Lá, eles abriam um processo dirigido ao diretor-geral solicitando a abertura de concurso. A solicitação era sempre através do Departamento de Pessoal. A iniciativa não era nossa, porque nós éramos executantes. O Departamento de Pessoal oficiava ao diretor administrativo, que ia ao diretor-geral, que nos solicitava a abertura do concurso. Era feito um edital, a regra do concurso. O diretor-geral

pedia autorização à Mesa, que é quem autorizava a abertura de concurso e a publicação de edital. O mecanismo era esse.

Por exemplo, quando se criou por meio da Resolução nº 20 a Assessoria Legislativa, esta, no decorrer do exercício de suas atividades, verificou a necessidade de efetuar algumas modificações. De acordo com o exercício, foram-se verificando as necessidades. Então, a Assessoria Legislativa, inicialmente, foi projetada para atender aos deputados quanto aos discursos e à elaboração de anteprojetos, mas começou também a prestar assessoramento às comissões que àquela época aumentaram de quatorze para dezoito. O trabalho foi crescendo tanto, e as especializações eram tantas, que se sentiu então a necessidade de se dividir por áreas – foi por iniciativa própria da Assessoria. Então, nós fizemos o primeiro grande concurso de assessor legislativo para doze áreas de atividades. Nessa ocasião nós contratamos a prestação de serviço da Fundação Carlos Chagas, de São Paulo. Você fez esse concurso, não é? Esse concurso não foi fácil, não foi brincadeira. Havia áreas com duas vagas, imagina! Havia áreas mais “dotadas”, como a de Direito e a Redação de Discursos, com número maior de vagas, mas havia algumas como Geologia, uma área nova, Segurança, Direito Internacional. E era uma coisa, porque o concurso tinha prova técnica, prova específica e prova de títulos.

E as pessoas que iam à minha sala: “Doutora, eu vim aqui saber... Estou inscrito nesse concurso, mas quero saber se ele é sério. Não é maracutaia desses deputados?” Falavam assim. Eu dizia: “Olha, meu filho, se fosse assim, eu não havia sentado aqui, porque eu não ia participar de uma coisa dessa”. “Ah, mas todo mundo está dizendo...”. “Olha, eu fiz concurso para a Câmara e passei sem ter nenhum pistolão. E eu estou aqui porque essa coisa é séria, e se não fosse séria eu não estaria aqui porque eu não iria colocar meu nome numa coisa que não fosse honesta”. Há umas coisas interessantes.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Casimiro, você quer falar?

A SRA. MARIALBA DE LIMA MESQUITA – Como é seu nome?

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto) – É Casimiro.

A SRA. MARIALBA DE LIMA MESQUITA – Você é de que área?

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto) – Eu não passei nesse concurso. Eu fiquei muito triste, mas só para dizer a você que eu confiei muito no concurso. E na época saíram mesmo esses comentários de que as vagas já estavam contadas. Mas eu confiei até o último momento. O próximo concurso que houve eu fiz e passei, em outra área. Mas foi uma experiência muito boa, em que aprendi muito. A prova foi realmente muito difícil. Foi em

quatro etapas: prova, anteprojeto, prova de inglês e depois de títulos. Mas só para dizer que nós confiamos. Com a minha pequena experiência na época, eu confiei muito na banca.

A SRA. MARIALBA DE LIMA MESQUITA – O diretor da assessoria naquela época era o Dr. Anderson Braga Horta. E o Dr. Célio de Souza era o vice-diretor e encarregado de supervisionar o concurso. O Dr. Célio foi um grande amigo e colaborador da CST. De uma competência extraordinária! Viajamos muitas vezes para São Paulo a fim de vistoriar as provas já elaboradas; fazer revisão com as bancas e, assim, evitar questões com problemas de redação que ensejassem dupla interpretação e pudessem dar margem a recursos. Olha, era uma coisa, um trabalho realmente muito metucioso. Mas, naquele concurso, nós trabalhamos cuidadosamente. E eu achei muito bonito, porque foi uma turma que chegou na Câmara para dar *show*. (*intervenção*) Ela se preparou muito bem. Aquela coisa de redação do projeto, realmente, é muito específica da Câmara, não é?

Ouvi no rádio que a Câmara está fazendo um trabalho com alunos da UnB na área de Direito, se não me engano, que estão fazendo estágio sobre o Processo Legislativo. Achei fantástica a idéia. Eu, que sempre fui apaixonada pela Câmara, ficava surpresa de ver como o brasileiro desconhece o trabalho que é feito aqui. Existe tanta coisa séria no trabalho das comissões...

O SR. ENTREVISTADOR – Você também participou da comissão de plano de carreira. Conte um pouquinho das histórias, das sugestões.

A SRA. MARIALBA DE LIMA MESQUITA – Depois que implantamos a Resolução n.º 20, um assunto muito discutido entre nós, referente à ascensão funcional, era a avaliação de desempenho. A Câmara usava dois critérios para movimentar as pessoas: merecimento e antigüidade. O merecimento era avaliado de uma forma extremamente subjetiva, e dependia de alguns fatores.

Então, esses critérios nos preocupavam muito, e começamos a estudar como seria um critério de avaliação de desempenho mais isento. Começamos a pesquisar sistemas usados em empresas, em outros órgãos.

O diretor-geral resolveu criar uma comissão para elaborar um anteprojeto que definisse o plano de cargos e salários e de avaliação de desempenho funcional. Indicou para presidi-la o Dr. José Botelho Filho e eu, como coordenadora. Outros participantes foram o Dr. Jorge dos Anjos e a Dra. Zita, da Assessoria Legislativa, especialista em Direito Administrativo. Aos poucos, o grupo foi costurando o anteprojeto do plano de cargos e salários e, posteriormente, elaboramos o Manual dos Cargos da Câmara, onde se descrevia as atividades de cada categoria funcional, por área, nível e competência. Estabelecemos

as vinculações dos cargos/níveis/escolaridade com chefias, funções e cargos de direção e as condições para a elevação funcional de um nível a outro por merecimento aferido em cursos, trabalhos, avaliação de seus superiores e outros itens. Quando me aposentei, em dezembro de 1990, esse anteprojeto ainda não havia sido apresentado. Não sei se foi apreciado.

O SR. ENTREVISTADOR – (*ininteligível*)

A SRA. MARIALBA DE LIMA MESQUITA - Ah, então foi em 1998, não é?

Quando me aposentei, entregamos o anteprojeto com a redação a que chegamos ao diretor-geral, e na época não foi possível... Isso foi em 1990, e ele ficou esse tempo todo parado e, naturalmente, deve ter sofrido muitas alterações. Confesso que não vi esse anteprojeto na sua redação final.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Nesse período em que você ficou aqui, aconteceram fatos históricos, como o fechamento da Câmara. Do que você se lembra desses fatos?

A SRA. MARIALBA DE LIMA MESQUITA – Como disse, logo depois que tomei posse veio o AI 5 e a Câmara ficou fechada por um ano.

Sempre gostei muito de política, então não foi por acaso que escolhi trabalhar na Câmara. Eu tinha aquela postura que comentei, de uma pessoa mais de esquerda, nacionalista.

Eu trabalhava no Anexo I, 21º andar, bancadas parlamentares, onde tinha uma funcionária antiga, Maria Bernardo. Ela era uma das figuras tradicionais da Câmara, uma “cabeça”, uma mulher inteligentíssima. Maria Bernardo trabalhava com um deputado da Bahia que era de esquerda, e naquela época todos tínhamos afixadas em nossas salas a lista dos deputados. Eu era funcionária nova, conhecia poucos deputados. Então, os antigos, como a Maria Bernardo, falavam: “Já risquei aqui quem vai sair na próxima lista de cassação”, e nós ficávamos esperando. Os funcionários que já conheciam faziam um certo tipo de jogo.

Tem uma coisa muito interessante sobre a Maria Bernardo. Ela veio a ser secretária da Comissão de Constituição e Justiça, e o Mauro Brumana trabalhava com ela. Maria era um pessoa muito engraçada. A Câmara estava fechada e os dois estavam no plenário da Comissão de Constituição e Justiça, brincando de aviãozinho de papel. Nisso, chegou um deputado, que era militar, se não me engano do Estado do Rio, e viu aquela cena. A Câmara estava às moscas, não tinha nada. Ele entrou naquele plenário, viu aquela cena e disse: “Os dois estão presos! Dou voz de prisão aos dois!” Maria Bernardo levantou-se e disse: “Você está me prendendo, é?” E ele: “Você não: Excelência!” Ela responde para o deputado: “Eu só trato como

excelência a quem é excelente”. Foi uma cena engraçadíssima. O deputado colocou os dois em ordem unida: “Me sigam até a Diretoria-Geral”. Lá foram Mauro e Maria marchando pela Câmara com esse deputado na frente – ela foi marchando mesmo, pisando forte – até o diretor-geral, que era o Dr. Luciano. O deputado contou que eles estavam brincando de aviãozinho no plenário e exigiu a exoneração dos dois. O Dr. Luciano era muito hábil, sempre defendeu muito os funcionários da Câmara, e disse ao deputado que ele poderia ficar tranqüilo que eles iriam receber uma punição, que ele ia abrir um inquérito. Aí o deputado ficou mais tranqüilo.

Uma coisa que me impressionou, quando tomei posse na Câmara, foi que, por norma, as mulheres não podiam usar calça cumprida, só saia. E nós vínhamos totalmente arrumadas, de salto alto, meia de náilon, saia, vestido. Havia um requinte. Também me impressionou, quando eu tomei posse, a educação dos funcionários. Quando você chegava a uma seção, para falar com uma pessoa, todos eram recebidos com atenção, tratavam-nos com gentileza. Era incrível isso.

Logo depois que eu tomei posse, fiquei sabendo que o melhor salário da Câmara era de taquígrafo. Resolvi, então, fazer concurso para taquígrafo e eu fui ter aula na Taquigrafia com o Jair Abrantes, um dos chefes da taquigrafia da Câmara. Comecei a estudar, e ele falou: “Olha, Marialba, você é uma taquígrafa nata, tem tudo para ser uma excelente taquígrafa.” E eu me entusiasmei com aquilo. Vivia com um “gravadorzinho” e nas minhas horas de folga ficava taquigrafando as discussões de plenário. Mas, um dia, comecei a observar que os taquígrafos eram todos sempre nervosos. Um dia saiu uma discussão na Taquigrafia, e um taquígrafo, de tão nervoso que estava, jogou uma máquina para alto. (risos) Eu olhei aquilo e falei: “Eu vou entrar nesse lugar? Eu vou ficar lelé da cuca rapidinho aqui.” Tinha aberto concurso para taquígrafo do Senado, e eu tinha me inscrito. Quando chegou o dia da prova, falei: “E se eu passar nesse concurso?” E eu era PL 10 e taquígrafo era PL 3 ou PL2, uma diferença enorme. Pensei: “Quer saber de uma coisa? Não vou fazer a prova.” E não fui fazer a prova. O Jair ficou bravo comigo: “Mas como?” Falei: “Não, Jair. Encerrei minha carreira de taquígrafa.” (risos) Os taquígrafos eram famosos na Câmara. Só os taquígrafos da Câmara conseguiam fazer aquilo. Deputados como o José Bonifácio, por exemplo, falavam não sei quantas palavras por minuto num discurso, e não era qualquer taquígrafo que pegava. Era uma habilidade extrema.

Pois é isso, gente!

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique Porto Filho) – Você tem alguma lembrança de algum fato que não tenhamos falado?

A SRA. MARIALBA DE LIMA MESQUITA – Assim, de imediato, acho que não. Eu me lembro de que vínhamos para cá, trabalhar. Nós trabalhávamos lá no centro, a D. Cordélia fez uma sala lá, para nós, na época da Resolução nº 20. Trabalhávamos a Íris, eu, a Haydéa e o Sílvio. Virávamos noite, era um entusiasmo tão grande, parecia que estávamos construindo Brasília, era algo desse tipo o entusiasmo.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Você gostaria de manifestar algo mais?

A SRA. MARIALBA DE LIMA MESQUITA – Gostaria de manifestar meu reconhecimento, se fosse possível, a todos os colegas, amigos, funcionários que tanto me ajudaram na vida funcional, em especial a Humberto Barbosa, que foi meu mestre. Muito devo a colegas com Luiz Carlos Baby, que já partiu, à equipe com quem trabalhei na Diretoria Legislativa e Administrativa, ao Dr. Luciano Brandão, grande defensor desta Casa Legislativa, trazendo a modernização, pensando alto, lutando sempre pelos funcionários. Tenho, também, muito a agradecer ao diretor-geral, Dr. Ademar Sabino, que deu continuidade à política do Dr. Luciano. Toda a legislação nova foi implantada na gestão do Dr. Sabino.

Sou muito grata a toda a equipe que comigo colaborou na Coordenação e Treinamento: o pessoal de apoio, de copa, mensageiros, reprografia, secretárias, funcionários, chefes, todos aqueles que sempre estiveram presentes conosco, nos apoiando nos concursos e treinamentos.

O concurso da Câmara é muito apertado, muito puxado. Muitas vezes eu recebia assistentes legislativos que tinham feito aquele concurso puxadíssimo. Eu dizia: “Não existe outra forma de seleção.” Há uma massa de 25 mil pessoas para ocupar cinqüenta, sessenta lugares. Essa avaliação não é a melhor, mas pelo menos é a mais isenta. E aí a pessoa entrava, geralmente com curso de nível superior e dizia: “Ah, D. Marialba, mas a senhora me fez passar por aquele concurso e agora eu estou lá na seção mexendo em fichinha, envelopando não sei o quê, carimbando.” Eu falava: “Olha, eu vou lhe falar da minha experiência: quando fiz concurso para Câmara também tinha expectativa de grandes realizações, esperava fazer coisas importantíssimas e, quando cheguei aqui, o deputado me mostrou uma mesa enorme cheia de cartas de prefeitos que eu tinha de abrir, ler, responder e passar telegramas. De início também fiquei muito frustrada. Puxa! Estudei tanto, me preparei tanto e estou fazendo um trabalho tão rasteiro! Tão burocrático! Fazendo esse trabalho, fui aprendendo sobre a Câmara. Hoje eu sou grata àquela oportunidade que tive de fazer pequenas coisas. Sem conhecer a base, como falar do grande, do maior? Para

conhecer esta Casa e chegar a ter experiência legislativa e administrativa, é bom começar fazendo pequenas coisas, mexendo em fichinhas. Mas faça isso com amor, carinho e dedicação, e faça bem feito. Um dia vai chegar o seu momento, e você vai poder dizer que sabe fazer!“ Então, esse trabalho na Câmara me ensinou a fazer a partir do pequeno para depois poder assumir responsabilidades maiores. Tive oportunidade, foi questão de momento. Dizem que a vida é assim. Outras pessoas poderiam ter feito mais ou melhor, ou ter tido essa oportunidade, mas ela apareceu para mim e para outros colegas, e acho que soubemos fazer da melhor maneira que podíamos. Poderia ter sido até melhor, mas foi o que nos coube e o que pudemos fazer na oportunidade.

Acho que a fase de 1970 a 1990, por aí, foi muito importante para consolidar a Câmara e prepará-la para esses momentos que estão sendo vividos agora.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique Porto Filho) – Esse projeto que disparamos para resgatar o servidor na história da Câmara foi possível graças às comemorações dos 180 anos da vida institucional. Gostaríamos que você manifestasse sua opinião sobre o papel da Câmara na história do país, nesses 180 anos.

A SRA. MARIALBA DE LIMA MESQUITA – É claro que não há como fugir desse chavão dos três Poderes harmônicos e independentes. Sempre lamentei o fato de o trabalho mais importante e sério da Câmara, o que se trava nas comissões técnicas, ser pouco divulgado pela imprensa em âmbito nacional. Apesar de ele não merecer e não receber o tratamento que seria, a meu ver, mais valioso, os frutos acabam aparecendo. Na Câmara há percalços, dificuldades e jogos que fazem parte da vida política. Sabemos que eles são inevitáveis e, se não houvesse a negociação e esse tipo troca entre Executivo e Legislativo, muitas decisões não chegariam a seu termo final, porque cairiam em impasse.

Essa arte da política eu acho muito fascinante e fundamental para enriquecer a história do país. Depois de um período negro, de um regime duro que vivemos, nós conseguimos chegar à democracia, à vivência democrática de novo, e a Câmara teve papel importantíssimo.

Eu ainda não estava na Câmara na época da queda do Goulart, da renúncia do Jânio Quadros e de toda aquela turbulência política, mas eu vinha assistir a tudo nas galerias, aquilo sempre me tocou muito. Acho que eu estava ligada a essa atividade legislativa e à sua importância já naquela época, assistindo a tantos discursos inflamados. Apesar de não ser lacerdista, admirava os grandes discursos que se ouviam aqui.

Eu vim assistir, na Comissão de Constituição e Justiça, à cassação do Márcio Moreira Alves. O presidente da Comissão era o deputado Djalma Marinho, um

dos nossos deputados mais famosos. E o patrono da Comissão de Constituição e Justiça era o Rui Barbosa. Então, o deputado levantou, virou o busto do Rui Barbosa contra a Comissão e falou: “Ele se envergonha da decisão que meus pares acabaram de tomar.”

A Câmara, o Congresso viveram momentos muito importantes para a história do nosso país, mesmo que as decisões nem sempre tenham sido as mais acertadas.

Na última Constituição houve muitos avanços aqui dentro. Essa questão democrática, a abertura, os diálogos, as comissões, as manifestações públicas, tudo isso para mim indica uma maturidade do Poder Legislativo e uma capacidade de poder argumentar e trocar experiências.

Diz-se que a Casa é do povo. Mesmo que nem sempre o povo seja o mais defendido ou beneficiado, de alguma forma, estamos podendo acompanhar muito mais de perto as mudanças e decisões. E acho que o Poder Legislativo, no caso a Câmara, tem papel muito importante, porque as coisas estão sendo mais divulgadas. Vejam as CPIs, por exemplo, a importância das grandes CPIs.

Na minha época, houve uma CPI importantíssima, a do Petróleo. Li todo o relatório com denúncias seríssimas. Nada disso foi divulgado na imprensa. CPIs seríssimas aconteceram, na Câmara, no passado, e poucas obtiveram divulgação na imprensa. Hoje estamos vivendo uma época “aberta,” e acho que a Câmara tem contribuído para essa consciência nacional, porque o que o povo precisa realmente de saber a verdade.

Tenho profunda admiração por esta Casa e sou extremamente grata pela oportunidade que tive de trabalhar aqui e de poder levar comigo essa experiência de vida, de compreensão, de aceitação das diferenças, de ouvir e também de falar. Tenho amor muito grande por esta Casa e pelos colegas.

E sou muito grata a vocês. Agradeço a oportunidade de poder apresentar essa experiência. Acho até que eu falei demais, fiquei tomando o tempo de vocês. Realmente sou apaixonada pela Câmara. Obrigada.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique Porto Filho) – Em nome da comissão, gostaria de agradecer-lhe a presença, seu depoimento que, sem dúvida, vai ser uma parte importante do projeto que estamos desenvolvendo. Queríamos pedir a você que nos trouxesse fotografias, objetos, documentos, qualquer coisa que pudesse nos ajudar na exposição, ou mesmo na publicação que pretendemos fazer a partir desses depoimentos.

Muito obrigado.

A SRA. MARIALBA DE LIMA MESQUITA – Muito obrigada.